

RECORTES  
Apartado 257  
1114 Lisboa Codex  
Telef. 544801

DIARIO DE LISBOA Lisboa	
DIARIO DO MINHO B 1	10. DEZ. 1931
LINDA Lisboa	
JORNAL DA MAIA Vila da Maia	
TRIBUNA DO POVO Seixal	
JORNAL DE TURISMO	

# Coimbra 387 e Braga defendem União de Estudantes

A necessidade de organizar a entreatajuda dos estudantes, a intervenção dos mesmos no esclarecimento e solução dos problemas regionais e nacionais, particularmente no que concerne à escola, é a principal conclusão da Cimeira, que se realizou em Braga entre representantes da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (A.A.C.) e da Direcção da Associação Académica da Universidade do Minho (A.A.U.M.).

(Continua na pág. 4)

# União e Braga defendem União Nacional de Estudantes

(Continuação da 1.<sup>a</sup> pág.)

Na reunião que começou na segunda-feira e terminou ontem com uma conferência de imprensa participaram dois representantes da A.A.C. e três da A.A.U.M. O seu objectivo foi análise da situação actual do Movimento Associativo Estudantil Português e da problemática do sistema educativo e da Universidade em particular.

Entre as conclusões foi salientada a necessidade de «um diálogo real entre o Ministério da Educação e das Universidades (MEU) e as Associações de Estudantes» no sentido da «institucionalização de um sistema de ensino humana e socialmente adaptado à realidade e necessidades nacionais».

As duas direcções consideraram imprescindível uma maior participação dos estudantes na concretização do plano da Autonomia Universitária. No âmbito da política social estudantil foi declarado como fundamental o «princípio de igualdade no acesso ao ensino».

## LEGALIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

A urgente legalização das Associações de Estudantes, a definição dos grandes princípios do Associativismo Estudantil e a concessão

de meios materiais e financeiros que tornem viáveis as tarefas que cabe às Associações foram medidas reivindicadas.

A A.A.C. e a A.A.U.M. concluíram ainda pela necessidade de «perspectivar uma Nova Universidade», que passa pela «participação nos processos legislativos fundamentais», pela intervenção nos debates sobre as grandes questões relacionadas com a Escola e problemas gerais das regiões e do país». Estas linhas de acção foram definidas como «imperativo da democracia».

A falta duma «União Nacional dos Estudantes Portugueses» foi considerada como «grave lacuna do Movimento Associativo e da própria democracia».

A cooperação com organizações internacionais de estudantes, no assumir de iniciativas a vários níveis será um projecto a desenvolver.

Por último a Direcção Geral da A.A.C. e da Direcção da A.A.U.M. constataram «a grave crise no plano educativo em geral», e repudiaram a «tentação partidarizante do Movimento Associativo existente inclusive na áreas de forças democráticas e em particular a instrumentalização político-partidária que o Partido Comunista Português vem fazendo das estruturas associativas que domina».